

“Portugal deve persistir no combate à droga”

Dependências publica (e associa-se) a uma missiva dirigida ao Governo por parte de um conjunto de cidadãos portugueses, representantes de diversas áreas do conhecimento, em prol da restituição de um mecanismo capaz de conceber e implementar uma estratégia eficaz relativamente aos CAD... São várias as vozes discordantes e, não fora a desinformação reinante, seriam (ou serão) muitas mais...

No ano 1999, com a aprovação da Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga, Portugal liderou a mudança no domínio das políticas contra a toxicod dependência e lançou as bases de uma intervenção inovadora que permitiu alcançar resultados muito positivos.

A Estratégia previa medidas em cinco eixos – prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção – olhando para o toxicod dependente como uma pessoa doente, que precisa de apoio médico e social.

A medida legislativa que se tornou emblemática deste processo foi a descriminalização do consumo de drogas, publicada no ano 2000. Portugal passou a perseguir a toxicod dependência e não os toxicod dependentes. A partir desse momento, as autoridades policiais concentraram a sua ação na prevenção, combate e repressão do tráfico. No domínio da procura foi criado, no âmbito do Ministério da Saúde, um organismo que assegurou a gestão e implementação de todas as intervenções.

Os anos seguintes confirmaram o acerto desta opção, em todos os aspetos. Aumentaram muito as apreensões de drogas ilícitas e o combate ao narcotráfico. Milhares de dependentes aproximaram-se do sistema de saúde, foram tratados ou, pelo menos, adotaram comportamentos de redução de riscos. No ano 2000 mais de metade dos 3.224 portugueses diagnosticados com a infeção VIH tinham sido contaminados na decorrência do consumo de drogas. Em 2017, apenas 2,2% das 1.235 pessoas diagnosticadas foram infetadas por essa via. As comunidades sentiram-se mais seguras. As drogas e os problemas com elas relacionados deixaram o primeiro lugar das preocupações dos portugueses, que ocupavam na última década do século XX. Agora, não figuram sequer entre os 10 problemas elencados como prioritários nos estudos de opinião.

Mais recentemente, no entanto, parece ocorrer um recrudescimento do fenómeno, ou pelo menos, do seu impacto nas pessoas e no espaço mediático. Esta realidade necessita de estudo e de acompanhamento. Nenhuma sociedade pode considerar resolvido o assunto do consumo de drogas ilícitas e ignorar as suas consequências dramáticas para os dependentes, para as suas famílias e para as comunidades. Trata-se de um tema que não pode ser relegado para um plano secundário.

No entanto, a resposta não pode e não deve ser um regresso ao passado, sem fundamento técnico-científico. Nesse passado de criminalização do consumo a situação era, do ponto de vista da saúde pública e do impacto da droga na sociedade, muitíssimo pior.

Há que analisar e corrigir o que falhou. Em 2012, em função das circunstâncias de especial gravidade que o País enfrentava na altura, o Governo decidiu extinguir o IDT, instituto público encarregue de acompanhar o tema da droga e das dependências. Em seu

lugar foram criados serviços sem autonomia e sem efetivo poder de decisão e de intervenção.

A redução do dispositivo público de acompanhamento deve ser contrariada. Pode constituir uma das razões para o reaparecimento do fenómeno e, sem nenhuma dúvida, origina os atrasos na recolha de informação, na sua análise e adequada valorização e na implementação das respostas. Limita o nosso conhecimento e capacidade de ação.

Entendemos que as questões da droga e da toxicod dependência não devem ser subalternizadas ou esquecidas. Elas continuam a afetar muitos milhares de pessoas e existe risco efetivo de deterioração da situação, para o qual, aliás, têm alertado organismos independentes como o Observatório Europeu da Droga e das Toxicod dependências, que tem a sua sede em Lisboa.

Não podemos e não devemos ignorar esta situação. Vencidos os constrangimentos da intervenção externa e equilibradas as contas públicas, os signatários apelam ao Governo para que valorize de forma adequada o tema da droga e reponha a existência de uma instituição com autonomia e dimensão adequada para lidar com ele.

Alexandra Bento, Bastonária da Ordem dos Nutricionistas
Alexandre Quintanilha, deputado, presidiu à Comissão que propôs a Estratégia Nacional contra a Droga
Álvaro Beleza, diretor do Serviço de Imunoterapia do CH Lisboa Norte
Ana Jorge, médica, ex: Ministra da Saúde
Ana Paula Martins, Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos
António Correia de Campos, ex: Ministro da Saúde
António Sarmento, diretor do Serviço de Doenças Infecciosas, CHU S. João
António Sousa Pereira, Reitor da UP
Aranda da Silva, ex: Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos
Bernardo Vilas Boas, médico
Eurico Castro Alves, médico, ex: Secretário de Estado da Saúde

Francisco Miranda Rodrigues, Bastonário da Ordem dos Psicólogos
Guilherme Macedo, diretor do Serviço de Gastroenterologia do CHU S. João e Presidente da Organização Mundial de Gastroenterologia
Henrique de Barros, presidente do Conselho Nacional de Saúde
Isabel do Carmo, médica
Isabel Pedroto, diretora do Serviço de Gastroenterologia do CHU Porto
Jorge Paulo Roque da Cunha, médico, dirigente sindical
Luís Fernandes, professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UP
Manuel Pizarro, médico ex: Secretário de Estado da Saúde
Maria de Belém, ex: Ministra da Saúde
Mário Jorge Neves, médico, dirigente sindical
Miguel Guimarães, Bastonário da Ordem dos Médicos
Nuno Sousa, presidente da Escola de Medicina da Universidade do Minho
Orlando Monteiro da Silva, Bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas
Pedro Duarte, ex: Secretário de Estado da Juventude
Rui Sarmento e Castro, diretor do Departamento de Medicina do CHU Porto

